

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA**

**COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – CTAI-JF**

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CTAI-JF**

**DATA : 9/8/2022**

**LOCAL : PLATAFORMA TEAMS**

**HORÁRIO : 14h30 às 18h30**

**PARTICIPANTES:**

**Eva Maria Ferreira Barros**

Secretária de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

Presidente do CTAI

**Daniel Martins Ferreira**

Servidor da Corregedoria Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça

(futuro Secretário de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal)

### **Marília André da Silva Meneses Graça**

### Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Membro do CTAI

**Raphael Junger**

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Membro do CTAI

### **Patrícia Ribeiro**

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Membro do CTAI

### **Wolfgang Striebel**

### Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Membro do CTAI

### **Sídia Maria Porto Lima**

### Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Membro do CTAI

### **Fábio Trevisan**

### Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária do Espírito Santo

Membro do CTAI

### **Rita de Cássia Sapia Alves da Cruz**

### Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária de São Paulo

Membro do CTAI

### **Denise de Fátima Meskau**

### Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária do Paraná

Membro do CTAI

- **Angelita da Mota Ayres Rodrigues**

Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Roberto Junio dos Santos Moreira**

Subsecretário de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Roberta Bastos Cunha Nunes**

Assessora Técnica

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Débora Cristina Jardim Vaz**

Chefe da Seção de Auditoria de Gestão e de Prestação de Contas

Subsecretaria de Auditoria de Governança e de Gestão

Secretaria de Auditoria Interna

- **Fábio Júnio Dantas**

Chefe da Seção de Auditoria de Pessoal

Subsecretaria de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

|  |  |
| --- | --- |
| **TEMA** | **DELIBERAÇÕES** |
| **Abertura** | A Secretária de Auditoria Interna do CJF iniciou a reunião dando as boas vindas ao Dr. Daniel Martins Ferreira, futuro Secretário de Auditoria Interna do CJF. Os demais membros do CTAI também deram as boas vindas ao futuro Secretário. Ele agradeceu a receptividade e a oportunidade de poder acompanhar o encontro, agradeceu especialmente à Secretária de Auditoria Interna e externou a expectativa de poder avançar mais no aprimoramento do Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal e atender às demandas do Sistema. Prontificou-se a conversar com todos os membros do CTAI desde já, para que possam começar a trocar informações. |
| **Tema 1:** Inclusão de Ação Conjunta de Auditoria no PAA 2023 | **Objetivo:** Deliberar sobre o tema da Ação Conjunta de Auditoria para o exercício de 2023.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF lembrou que na reunião do CTAI realizada em outubro de 2021 deliberou**-**se que a realização da Ação Conjunta de Auditoria ficaria para 2023. Explicou que o CJF não está participando da Ação Coordenada de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que o CJF não está integrado à Plataforma Digital do Poder Judiciário. Na reunião onde se discutiu o tema da Ação Conjunta, foram sugeridos dois temas: Acessibilidade Predial e Governança da Tecnologia da Informação.  A Titular da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 disse que o seu Tribunal já realizou Auditoria na Acessibilidade Predial. Por esta razão, vota na realização da Auditoria de Governança de TI. Ressaltou, no entanto, que, caso o Comitê delibere pela realização da Auditoria de Acessibilidade Predial, pode compartilhar com todos os papéis de trabalho utilizados na Auditoria.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF3 disse que, no seu Tribunal, já está sendo realizada Auditoria no Planejamento das Contratações de TI.  O representante da Seção Judiciária de Goiás relatou que, na sua Seccional, também foi realizada Auditoria na Acessibilidade Predial.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF2 disse que o seu Tribunal já havia realizado Auditoria de Acessibilidade Predial, mas que a realização de outra Auditoria sobre esse tema seria muito oportuna, já que poderia ser aproveitada para a revisão da Auditoria realizada anteriormente.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF4 se manifestou favorável à Auditoria de Acessibilidade Predial.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF5 disse que a situação do seu Tribunal é semelhante à do TRF2, pois já havia sido feita avaliação da acessibilidade predial no passado e agora a situação precisa ser atualizada, declarando ser oportuna a realização da Auditoria de Acessibilidade Predial.  A Chefe da Seção de Auditoria Operacional e de Governança da SUAGO/SAI/CJF pontuou que está sendo realizada no âmbito do CJF o monitoramento da Ação Coordenada de Auditoria em Governança de TI, coordenada pelo CNJ, constatando que algumas normas foram atualizadas e preveem ações que somente irão se concretizar em 2023 ou mais adiante, não sendo, por essa razão, pertinente a realização de auditoria sobre esse tema no momento.  A representante da Seção Judiciária de São Paulo ponderou que a dificuldade que seria enfrentada na Auditoria de Acessibilidade é que há muitos prédios na Seccional, não sendo possível auditar todos. Ponderou-se, ainda, que deve ser avaliada a possibilidade de permanência ou não dos servidores em teletrabalho, pois o retorno ao trabalho presencial de todos os servidores demandará novas adaptações prediais.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF3 sugeriu que o tema Governança de TI já fosse selecionado para 2024.  Dr, Daniel externou a expectativa de discutir junto ao CTAI a participação dos TRFs e Seções Judiciárias nas auditorias a serem realizadas pelo CJF, ou seja, a possibilidade de formalizar essa parceria.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF2 disse que o Tribunal dispõe de 2 (dois) profissionais de Arquitetura e Engenharia que poderia colocar à disposição da Ação Conjunta.  **Deliberação:**  Os membros do CTAI, por unanimidade, optaram pela realização da Ação Conjunta de Auditoria em Acessibilidade Física em 2023, com a ressalva de que no TRF1 e respectivas seccionais será realizado o monitoramento da Auditoria já realizada no Tribunal a respeito do tema.  Deliberou-se, ainda, que ficará preestabelecida a seleção do tema Auditoria de Governança de TI para 2024. |
| **Tema 2:** Auditoria nas Despesas com Precatórios | **Objetivo:** Discutir o conteúdo do programa de auditoria e da matriz de riscos sobre a Auditoria nas Despesas com Precatórios.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF2 informou que já dispõe de todos os papéis de trabalho dessa Auditoria. Disse que só precisa realizar novos testes nos precatórios não pagos, já que no presente exercício serão pagos primeiramente os prioritários.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF4 manifestou sua preocupação com a falta de uniformidade desses papéis de trabalho entre as 5 (cinco) Regiões da Justiça Federal. Explicou que a Auditoria nas Despesas com Precatórios é um ciclo da Auditoria Financeira nas Contas Anuais. Sugeriu que fosse criado um grupo à parte para discutir a padronização desses papéis de trabalho.  Os representantes das Unidades de Auditoria Interna do TRF1, do TRF2, do TRF3 e do TRF5 concordaram com a formação do grupo sugerido. A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse ser importante que haja um representante do Conselho nesse grupo, para colaborar no que for possível.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF4 pontuou que o TCU já disponibiliza a todos os templates dos papéis de trabalho.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 disse que o mais importante, na sua visão, é o trabalho de levantamento dos riscos.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF2 disse que a fase de operacionalização do pagamento de precatórios é diferente de Tribunal para Tribunal.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 afirmou ter dúvidas de quais os riscos serão levantados na fase orçamentária, no SIAFI.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF lembrou que será realizado pelo CJF o curso de Auditoria de Precatórios.  **Deliberação:**  O CTAI, por unanimidade, decidiu formar grupo de trabalho com representantes do CJF e dos cinco TRFs para padronização do programa de trabalho e da matriz de riscos da Auditoria nas Despesas com Precatórios.  Para a formação do grupo de trabalho, a representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 indicou a Silvia Flora e Michelle Modesto, do TRF2, a Zoraya, do TRF3, Antonino e Tina, do TRF4, Miriam Ribeiro Alves e Ângela Bockman, do TRF5 Rodolfo e Ricardo César e pelo CJF a Angelita, que será a coordenadora do grupo.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 disse que no TRF6, por enquanto, a operacionalização dos precatórios desse Tribunal será feita pelo TRF1, mas vai verificar a possibilidade de indicar membros do TRF6 para o grupo. |
| **Tema 3:** Capacitação dos servidores das Unidades de Auditoria Interna | **Objetivo:** Discutir o planejamento para capacitação dos servidores lotados nas Unidades de Auditoria Interna para viabilizar o cumprimento dos arts. 27 a 29 da DN TCU n. 198/2022.  O representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF2 observou que, com a DN 198/2022, tornou-se necessário preparar as Unidades para o atendimento a todas as normas nacionais e internacionais. Indagou a todos como está sendo a preparação das Unidades para adequação a essas normas.  Todos pontuaram a preocupação com o atendimento a todas as normas pertinentes, pois não estão sendo observadas na totalidade.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF fez uma leitura da DN para mencionar as normas aplicáveis.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que no Plano de Capacitação para 2023 deve ser incluído treinamento para preparação das equipes para essa temática, dividido em módulos. |
| **Tema 4:** Notícias sobre os temas pendentes de reuniões anteriores | **Objetivo:** Atualizar o andamento dos temas que ficaram pendentes de deliberação discutidos em reuniões anteriores, quais sejam:  - Revisão dos indicadores do Programa de Qualidade de Auditoria – a Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que, no âmbito da SAI/CJF, ainda não foi elaborada a proposta dos indicadores  - Plano Estratégico de Auditoria Interna da Justiça Federal – a Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que esse Plano Estratégico já começou a ser minutado no âmbito do CJF  - Apresentação de minuta de Instrução Normativa dispondo sobre a padronização das informações a serem inseridas na página “Transparência e Prestação de Contas” – a Secretária de Auditoria Interna do CJF informou que, no âmbito da SAI, essa minuta também está sendo providenciada.  **-** Trilha de capacitação – será iniciada após a apresentação do Planejamento Estratégico.  - Rol de Responsáveis – a Secretária de Auditoria Interna do CJF externou a opinião de que o Rol de Responsáveis deveria incluir os responsáveis financeiros – ordenador de despesas, gestor financeiro, quem dá a conformidade contábil, quem dá a conformidade de gestão, o responsável pelo patrimônio e o responsável pelo almoxarifado, os substitutos e os períodos de substituição. Disse ser importante a padronização desse item.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF3 opinou ser necessário um tempo maior para que esse assunto possa ser amadurecido. |
| **Tema 5:** Papel do CJF na criação do TRF6 | A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 passou a discorrer sobre a criação do TRF6. Disse que a partir de 19 de agosto o TRF6 será instalado, terá administração própria. Sua preocupação é com a Auditoria de Contas, já que a Seção Judiciária de Minas Gerais passará a fazer parte desse Tribunal. A Portaria 385 do CJF disciplina questões operacionais para transição da Administração do TRF1 para o TRF6, mas não menciona as normas para disciplinar a prestação de contas e a Auditoria nas Contas. Acentuou que, provavelmente, o registro do TRF6 como UPC será feito no âmbito do CJF. Questionou se o CJF irá disciplinar essa questão. A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que o TRF6 formalmente já existe como UPC e como unidade orçamentária. A Secretária de Auditoria Interna do CJF se comprometeu a verificar esse assunto junto à Administração do CJF e dará um retorno ao TRF1 sobre o assunto. |
| **Encerramento** | A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF3 questionou sobre a responsabilidade da Unidade de Auditoria Interna no Relatório de Gestão Fiscal. A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que esse tema foi deliberado na última reunião do CTAI, consignando-se que a conferência do RGF configura-se como auditoria, devendo inclusive essa atividade ser incluída nos planos anuais de auditoria.  A representante da Unidade de Auditoria Interna do TRF1 solicitou que o CJF inclua no Plano de Capacitação a realização de um curso sobre consultoria a todos os órgãos da Justiça Federal, dada a importância do tema.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF finalizou a reunião agradecendo a todos a oportunidade e a experiência de fazer parte do CTAI e a colaboração de todos. |